



A negação (*Verneinung*) e o meio ambiente: interrogações para a Educação Ambiental (EA)

Denial (Verneinung) and socio-environmental issues: questions for Environmental Education (EE)

Ana Lizete FARIAS^{1*}

¹ Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

* E-mail de contato: analizete@gmail.com

Ensaio recebido em 30 de março de 2021, versão final aceita em 26 de outubro de 2021, publicado em 12 de agosto de 2022.

RESUMO: Esse ensaio tem por objetivo trazer alguns elementos da psicanálise de Freud e Lacan, com o intuito de contribuir para a discussão sobre o negacionismo e suas consequências nas práticas da Educação Ambiental. O governo em exercício no Brasil desde 2018 tem utilizado uma narrativa negacionista para legitimar um processo de extermínio não somente dos bens naturais, mas também das populações mais vulneráveis, materializado na banalização e na lentidão em implementar medidas protetivas. No entanto, esse modo de governar não é exclusividade desse governo, ele nos antecede e evidencia um discurso político, mesmo que o sujeito em causa não se pretenda ou se reconheça literalmente político. É preciso, então, interrogar a Educação Ambiental, frente ao mal-estar do negacionismo e seu vínculo com o inconsciente.

Palavras-chave: negacionismo; psicanálise; Freud; educação ambiental; crise ambiental.

ABSTRACT: This essay aims to bring some elements of Freud and Lacan's psychoanalysis, in order to contribute to the discussion about denialism and its consequences in Environmental Education practices. The government in office in Brazil, since 2018, has used a denial narrative to legitimize a process of extermination not only of natural assets, but also of the most vulnerable populations, materialized in the trivialization and slowness in implementing protective measures. However, this way of governing is not exclusive to this government, it precedes us and evidences a political discourse, even if the subject in question does not intend to or recognize oneself literally as political. It is necessary, then, to question the Environmental Education, facing the malaise of denialism and its link with the unconscious.

Keywords: denialism; psychoanalysis; Freud; environmental education; environmental crisis.

1. Identificando a lógica negacionista

De antemão, é necessário dizer que Freud não se ocupou das questões ambientais da forma como as pensamos hoje, entretanto, em toda a extensão da sua obra está o registro, a marca do coletivo e dos laços sociais, o que se entende ser, desde já, um inegável legado político ao tema.

Por esta via, os traços e as peculiaridades das formas de discursos e afetos que envolvem os indivíduos, na medida em que se constituem elementos que integram a complexidade da crise ambiental, abrem espaço à interlocução com a Psicanálise enquanto “um discurso da verdade sobre a causa e a condição humana” (Sesarino, 2006, p. 2).

E Lacan, ao escrever os laços sociais, como diz Quinet (2021), fez uma aposta na saída do discurso capitalista pela psicanálise “como uma saída coletiva, não em massa, pois não há psicanálise de massa, nem de grupo, mas uma saída um a um. Saída pela aceitação da inclusão da castração nos laços sociais, e pelo respeito à singularidade, à diferença, à heteridade” (Quinet, 2021, p. 83).

Ora, o governo que assumiu em 2018 no Brasil tem se pautado justamente pelo contrário, atrelado ao programa neoliberal, privilegiando a produção e determinados segmentos do setor empresarial, em detrimento da vida.

Como afirma Hur, Sabucedo & Alzate (2021), suas ações não são guiadas por traços psicopáticos, mas sim por posicionamento e discurso consistentes e diretamente resultantes do funcionamento do neoliberalismo, que conjuga em si produção e destruição. Nesse sentido, o caos e a morte são inerentes ao que estamos vivendo.

O discurso negacionista de Jair Bolsonaro, portanto, como mantenedor da lógica neoliberal de

gestão pelo sofrimento, caracteriza-se, dentre outros traços, por culpabilizar vítimas e desqualificar a ciência, ao invés de assumir as suas responsabilidades constitucionais. Uma tentativa de destruição dos laços sociais, ao encontro do que Freud e Lacan já haviam alertado ao longo de suas obras.

No tocante ao meio ambiente, as consequências dessa prática vêm se materializando na eliminação das regulamentações e da gestão ambiental, num claro desmonte das estruturas de proteção socioambiental do Estado brasileiro.

A narrativa da negação, no entanto, enquanto discurso oficial da governança de Bolsonaro, antecede o atual momento da contemporaneidade.

Já são décadas em que grande parcela da comunidade científica mundial denuncia o declínio expressivo da qualidade socioambiental planetária, configurando uma crise sem precedentes. Os processos de destruição ambiental se tornam gradativamente crescentes, em conjunção com as desigualdades sociais em que “não há uma estratégia definida para construir a sustentabilidade.” (Leff, 2019, p. 26). Além disso, é cada vez mais visível o quanto pouco instrumentalizados seguem os indivíduos para enfrentar, num considerável esforço, as mazelas dessa crise.

Sob essa perspectiva, há um lado trágico na crise ambiental desnuda na relação entre sofrimento e sistemas sociais. Concorda-se com o pensamento de Safatle (2015, p. 10), para quem “o sofrimento social é a expressão de um social ainda não reconhecido que continua a insistir como carta não entregue, promessa não cumprida.”

O que o autor nos diz se confirma na existência de mais de 3,5 bilhões de seres humanos que sofrem com as mudanças climáticas e suas terríveis consequências; que assistem ao consumo exacerbado

do – a forma de gozo do sujeito moderno – de uma minoria, flagelam-se em ambientes de grande adversidade, curvam-se diante de um sistema econômico que perpetua a desigualdade, num sofrimento físico e psíquico sem precedentes.

Mesmo com esse cenário, subsiste a deliberada recusa, ou negação, do reconhecimento da necessidade de autorregulação relativa à degradação da biosfera que contemple minimamente a integridade da vida humana e a conservação da diversidade biológica do planeta, como descreve Farias (2021).

Os fracassos das conferências e agendas propostas pelas agências da Organização das Nações Unidas (ONU) evidenciam essa maneira de funcionamento do sistema capitalista. Como exemplo, tem-se a Agenda 21, considerada o principal documento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual não foi totalmente implantada.

Decorrentes desse insucesso, em 2015 surgiram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que, na verdade, referem-se à renovação ou ampliação de compromissos outrora assumidos e ainda inconclusos sob nova indumentária semântica, agora intitulada “Agenda 2030”, como apontam Okado & Quinelli (2016). Os ODS, mesmo resultando de um acordo internacional de cooperação e de engajamento para enfrentar a persistente realidade de conflitos, desigualdade de acesso e poder, ao mesmo tempo em que trazem esperança, provocam dúvidas acerca das condições nas quais podem ser postos em prática.

Outro aspecto da governança ambiental brasileira que nos leva justamente ao encontro desses fatos está contemplado no estudo realizado por Farias *et al.* (2017), que analisa os conflitos socioambientais brasileiros, originados em governos anteriores

a Jair Bolsonaro. O estudo traz dados quantitativos nacionais e macrorregionais em relação aos principais responsáveis públicos e privados, aos maiores impactos socioambientais e aos notáveis grupos atingidos nos processos de conflitos.

Realizado por um grupo de doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), os resultados confirmam que a atuação ou omissão do poder público é o principal responsável pelos conflitos socioambientais. Esse fato se dá tanto pela atuação de entidades governamentais (50,7%) como pela implantação de políticas públicas e legislação ambiental (17,6%) ou, ainda, pela atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público (12,9%).

Aponta, ainda, que as populações mais vulneráveis estão nas áreas rurais, como os agricultores familiares, impactados em 31,6% dos conflitos; os povos indígenas, citados em 28,7% dos casos; e os quilombolas, que constam em 22,9% dos conflitos em nível nacional.

Também é digno de nota, os grandes incêndios de 2020 que se alastraram pelo país, como no caso do Pantanal, que foi 30% destruído pelo fogo, segundo dados levantados pelo Observatório do Clima (2021). O documento descreve que, enquanto o Brasil perdia quase um terço do seu precioso bioma, ministros e o presidente Bolsonaro negavam a gravidade das queimadas, numa tentativa espúria de convencer a população de que elas estariam associadas à retirada de gado da região.

Ora, não se tratam somente de biomas perdidos mas, como Safatle (2020) demonstra, havia (e há!) uma lógica por trás do descaso do governo de “que a terra deve se submeter à condição de propriedade, a vida social e o processo produtivo adequem-se à

lógica dos contratos entre proprietários” (Safatle, 2020, p.3). Nesse sentido, continua o filósofo, “são apagadas as experiências sociais que se desenvolveram e que se desenvolvem nesses espaços, não há nada a ouvir e aprender, a não ser ‘folclore’ e ‘tradições’. Se esquecermos, não haverá perda” (Safatle, 2020, p.3).

Do ponto de vista ambiental, os exemplos acima descritos ratificam que esse é um modo de governar a partir de um irracionalismo destrutivo, negacionista delirante, indiferente à dor e, sobretudo, de retórica paranoica.

São pequenos recortes, dentre tantos outros, a ocorrer ou com grande probabilidade de acontecer, os quais a maioria da população nega conhecer, desconhece ou lhe são indiferentes, mas que estão produzindo – ou produzirão – alterações silenciosas, quicá nefastas, no corpo físico e social do planeta.

Há uma convivência com a massiva destruição dos sistemas naturais, a exemplo da aniquilação das grandes florestas e das suas biodiversidades, a contaminação das águas em seus mais diversos ambientes, assim como o aquecimento global e seus efeitos proeminentes, trágicos e crescentes que atravessam todo o planeta, apesar das denúncias, recorrentes ao longo das últimas décadas, por uma reconhecida comunidade acadêmica.

Nesse sentido, dizemos que a negativa (recusa) em se deparar com as questões socioambientais espelham um projeto de continuidade da desigualdade, dos massacres de populações vulneráveis, do trabalho escravo humano, da destruição em massa de recursos ambientais preciosos.

Sob uma outra perspectiva, pode-se dizer que o sistema hegemônico opera a partir da existência de um “ideal do eu da civilização”, que não leva em consideração a finitude dos recursos ambientais,

como se o indivíduo não devesse nada ao planeta, como se pudesse se artificializar totalmente, ou como se não precisasse de água, de ar, de nada que venha dos ambientes naturais, ou seja, numa negação dele próprio enquanto sua parte “natural” (Farias, 2021).

Destarte, a reiterada persistência na negação se torna uma característica intrínseca da contemporaneidade: quanto mais fatos consistentes, mais claros os riscos, maior a negação.

Outra dimensão que se deve ressaltar, antes de se avançar no fundamento do negacionismo estabelecido por Freud, é o caráter polissêmico da crise ambiental, ou seja, as diferentes faces e condições em que essa se manifesta.

Essa particularidade evidencia que a crise não é contingencial e coloca em questão, além das relações ecológicas que sustentam o planeta, os indivíduos e suas responsabilidades nas tragédias ambientais, assim como as formas de vida sustentadas pelas condições históricas de um modelo econômico. Ou melhor, materializa claramente a adesão da atual civilização ao capitalismo enquanto forma de produção de vida coletiva organizada na negação dos limites naturais do planeta.

Pode-se afirmar, dessa forma, que a negação também define a crise do projeto moderno de civilidade, associado à hegemonia do capitalismo, tendo efeitos, sobretudo, na constituição dos laços sociais, tal como já havia sido colocado por Foladori¹ (2001) e como Leff (2004) enfatiza a seguir:

La problemática ambiental emerge como una crisis de civilización: de la cultura occidental; de la racionalidad de la modernidad; de la economía del mundo globalizado. No es una catástrofe ecológica ni un simple desequilibrio de la economía. [...] es la pérdida del sentido de la existencia que genera el pensamiento

racional en su negación de la otredad (p.ix).

Se “nossa” crise ambiental deve ser compreendida, segundo Leff, como uma crise de civilização estreitamente partícipe de uma suposta “perda do sentido da existência”, assim como certas formas de “negação da alteridade”, então ela essencialmente também deve denotar o campo dos afetos.

Tais elementos reforçam a tese de que o negacionismo socioambiental deve ser compreendido a partir de uma perspectiva que inclua a compreensão da subjetividade contemporânea. Ele está a serviço das ideologias e das crenças, impressas na língua, desvelando o modo como os vínculos sociais se estabelecem e são regidos por relações de poder, condicionando os sujeitos em suas discursividades. Pode-se dizer, ainda, sob essa compreensão mais abrangente, que enquanto integrante das estruturas de organização social, funda narrativas existentes sobre cultura, afetos e sociedade civil.

É nítido, ainda, que a negação levanta questões sobre os processos democráticos, corrobora os modos de silenciamento e perpetuação de um sistema hegemônico opressivo, visto que mascara as consequências das ações humanas na degradação do Planeta.

É preciso lembrar, sobretudo, do cenário histórico no qual Freud construiu a sua teoria, haja vista a sua relevante experiência, única, de ter atravessado as consequências de tempos sombrios como a I Grande Guerra, a crise econômica dos

Estados Unidos, a instauração do fascismo na Itália e a ascensão do nazismo na Alemanha.

Não é sem motivo que a sua obra monumental, “*O mal-estar na cultura*”, escrita em 1930, consolida a tese de que não há mais conciliação possível, mas sim desilusão na humanidade. É nela que Freud descreve o homem, em sua condição de total desamparo, interrogando-se sobre o futuro da civilização, construída sobre os destroços da liberdade individual, e assegura, através disso, a dissonância entre as exigências da pulsão e da civilização.

Nada mais atual que o seu trabalho para refletir sobre este momento que a pandemia do Coronavírus proporciona a todos, a partir do encontro com o traumático da morte, de nos colocar frente a frente com uma dimensão da face da crise civilizatória, a qual se tem incessantemente negado: a responsabilidade nas práticas de habitar e de viver no Planeta Terra, bem como em relação à constituição dos laços sociais.

2. A negação (*Verneinung*)

O texto da Negação, escrito por Freud em 1925, tem poucas páginas em relação a outros escritos, mas não é, por isso, menos denso. Ali Freud retoma questões de ordem estrutural no que tange ao processo constitutivo do pensamento. O termo é traduzido, também, como *denegação*, a fim de não ser confundido com qualquer declaração negativa.

¹ “[...] A sociedade humana tem diferenças em seu interior que se cristalizam em apropriação histórica diferente dos meios de vida da natureza externa em geral. Essa diferente apropriação cria classes e grupos sociais tão distintos em seu relacionamento com o meio ambiente, tanto em relação à responsabilidade sobre as transformações ambientais quanto aos benefícios e/ou prejuízos que aparecem [...]. Não se trata de existir ou não limites físicos para a prática humana, o problema não é esse, mas de contradições sociais que provocam diferenças de acesso à natureza e que podem conduzir, eventualmente, a catástrofes ambientais [...]” (Foladori, 2001, p. 137).

Inicialmente, o conteúdo parece abarcar apenas algumas considerações descritivas sobre o mecanismo da denegação, mas desde logo o pai da Psicanálise impõe um raciocínio estrutural, a partir do que ele vê se apresentar na sua clínica.

Freud nos ensina que os tempos da *Verneinung* desvelam a constituição do pensamento, e não somente as ações denegatórias que o analisante dissimula quando se evade do conteúdo de suas associações a partir do rebater com um “não”. Por exemplo: — “Agora você vai pensar que quero dizer algo ofensivo, mas não tenho de fato essa intenção” (Freud [1925], 2011, p. 276). A vivência de Freud lhe permite assegurar que esta é uma frase em que o paciente projeta uma ideia que acaba de lhe ocorrer e, em seguida, a rejeita, nega, como um modo de evitar o conflito em relação a sua opinião, afastando-se da realidade.

A “negativa”, no contexto clínico, desvela a operação psíquica que separa afeto e juízo intelectual, com grande probabilidade de ser aquilo que, justamente, está no inconsciente do analisando, que não está disposto a fazer a associação com essa ideia, recém negada.

Constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido. Assim, negar algo significa dizer: “isso é algo que eu quero reprimir.” O juízo negativo é o substituto intelectual da repressão, um “certificado de origem”, que se expressa pela admissão de determinado conteúdo recalculado, que chega à consciência, ou melhor, ao pré-consciente, mas que em seguida é abolido pela emergência de uma negativa.

Na denegação o sujeito denega aquilo que não quer saber, algo que ele assim o faz porque já sabe de forma inconsciente: não sabe que sabe; sabe que não sabe ou não sabe que não sabe.

Dunker (2020) chama a atenção para um estágio da negação – mais crônico e pernicioso – relacionado às práticas que visam confirmar, por exagero, uma dúvida que se tem, mas que não se quer admitir. Neste caso, explica o psicanalista, a negação é realizada em grupos e, mais frequentemente, por meio do comportamento de massa.

Tendo em vista essas características, Dunker (2020, p. 6) denomina esse modo como “negacionismo”, porque de maneira usual, forja crenças religiosas e visões de mundo. Compreende o autor que: “Aqui, tudo se passa como se a negação coletiva nos tornasse mais e mais imunes à dúvida. Nossa crença aumenta à medida que repudiamos a crença alheia. Percebe-se, assim, a justeza dos termos ‘reação’ e ‘reacionário’ para designar tal atitude.”

A destruição em curso da floresta Amazônica é adequada para essa afirmação do autor. Como se trata de um processo que, se chegar a acontecer, pode causar uma ruptura traumática social, com consequências globais, a primeira tendência é negá-la, o que já ocorre: “*Não passa de fake news, tudo está sob controle*”, é o que se escuta. No entanto, o fato concreto é que o desmatamento na Amazônia aumentou 9,5% em 2020, depois de ter subido 34% em 2019. Desde 2008 não era registrada uma taxa tão alta de devastação: 11.088 km, área que corresponde ao tamanho do país da Jamaica (Observatório do Clima, 2021).

Dunker (2020) dirá, ainda, que a negação se relaciona à necropolítica – termo cunhado por Achille Mbembe ao se referir ao poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Nesse caso, expõe, não se trata da aplicação do princípio de preservação da vida, mas da prática de deixar morrer e de negar o processo de extermínio, adoecimento ou desproteção que leva à morte. Isso caracteriza,

segundo o autor, a lentidão na tomada de medidas protetivas e a negligência descarada aos assuntos prementes da sociedade.

No caso das questões socioambientais, pode-se elencar inúmeros exemplos, mas se destaca a tragédia dos crimes de Mariana e Brumadinho, que representam exatamente o ultrapassamento do limite de exploração inaceitável, exercido na perspectiva do impossível, sob o modo de funcionamento (perverso), visto que eliminou no real o que era de fato um obstáculo no simbólico ao seu desempenho: vidas humanas e demandas inerentes à ocupação de um território, como concebe Farias (2021). Lentidão e injustiça mantêm abertas as feridas desses crimes até hoje.

Diz-se, portanto, que o negacionismo socioambiental mostra o retorno ao recalcado de algo que é negado em meio a um estado de imprevisibilidade e desamparo radical, consolidando uma solução de compromisso para que tudo permaneça da mesma maneira, numa repetição mortífera.

Farias (2021) afirma que isso desvela, justamente, a mentira da civilização, ou seja, de que tudo estava em ordem, que não era preciso se inquietar, que havia uma ordem estatal que estava a cuidar de todos, que o desenvolvimento econômico se derramaría sobre todos os habitantes do Planeta e que a tecnologia serviria para sanar todos os males que acometem os cidadãos do mundo.

A denegação pode ser analisada sob outras perspectivas. Para isso, cita-se Lacan, que mostra que a denegação da verdade livra o sujeito de se

ver como parte interessada: “[...] Digamos que o religioso entrega a Deus a incumbência da causa, mas nisso corta seu próprio acesso à verdade. Por isso ele é levado a atribuir a Deus a causa de seu desejo, o que é propriamente o objeto do sacrifício” Lacan ([1965], 1998, p. 887).

Esta citação de Lacan tem várias possibilidades de desdobramento, mas aqui o que parece mais importante ressaltar é que, negar a verdade é negar a possibilidade de que os excluídos se tornem sujeitos desejantes e, portanto, incapazes de saírem do exílio social, submetendo-se a ficarem em lugares subjugados, de obediência absoluta e de precariedade material.

Ao denegar a verdade como causa, os sujeitos se eximem de suas responsabilidades no que tange à causa de seu desejo, “fixando-se” no desejo do Outro, o qual tanto pode ser a figura de Deus quanto dos líderes religiosos e/ou políticos.

Outra forma de compreensão da *Verneinung* é colocada por Veras que entende o negacionismo não como um discurso, mas sim um modo de gozo² (Veras, 2021, p. 1). Para o psicanalista, o âmago do negacionismo é a divisão encarnada na identificação populista: por um lado busca seguir o mestre, mas no fundo ela mobiliza o gozo do corpo. E, onde deveria haver um triângulo há simplesmente uma comunicação em espelho, pois o indivíduo fala a si mesmo.

Veras irá concluir dessa forma: “E por que o negacionismo ganha cada vez mais espaço? Precisamente pelo fato de não ser um discurso, não visar

² O uso comum do vocábulo “gozo” faz dele sinônimo do prazer. Lacan ([1969-1970], 1992, p. 81) se opõe a essa ideia e o considera tanto um excesso insuportável de prazer, como uma manifestação no corpo que traga sofrimento. “Eis porque podemos conceber que o prazer seja violado em sua regra e seu princípio, porque ele cede ao desprazer. Não há outra coisa a dizer – não forçosamente à dor, e sim ao desprazer, que não quer dizer outra coisa senão o gozo.”.

nenhum Outro, não buscar transmitir mensagem alguma, não buscar acreditar (que é sempre uma aposta) mas apenas concluir” (Veras, 2021, p. 1)

O que o autor mostra é que, em situações traumáticas em que há ruptura social (como no caso das grandes tragédias sociais e ambientais), os dispositivos da ciência de crenças no Outro é que deveriam ser acionados, ao contrário do apoio em certezas. Sob esse ponto de vista, o que ocorre é que se está diante de um modo de gozar que desarta a palavra do Outro, que não coloca em jogo a dicotomia do verdadeiro ou falso, mas, sim, uma captura imaginária, que nega para sustentar a sua certeza (gozo).

O raciocínio de Veras encontra amparo acerca do que diz Silva *et al.* (2021), quando se refere que o sistema neoliberalista é o modelo que circunscreve a nossa atualidade, gerando indivíduos que não se submetem às normas, pensando em si mesmos como entidades soberanas, reduzidas em suas instâncias egóicas, numa exclusão do outro.

Ou seja, o negacionismo, enquanto um modo de gozar, é perfeito para um modelo socioeconômico em que os indivíduos são determinados por práticas e predileções que não compreendem não serem suas, mas que lhes invadem como ideais a serem buscados.

3. Negacionismo, pandemia, meio ambiente: o encontro com o traumático

Se o negacionismo pode ser compreendido também como um registro da atualidade, suas consequências nefastas afetam as experiências ocasionadas pela pandemia.

Vivemos num tempo de encontro com o Real, ou seja, com o imprevisto, o inesperado, aquilo que não tem lei, não tem ordem. Lacan irá explicar dessa forma: “o Real volta sempre ao mesmo lugar – ao lugar enquanto o sujeito cogita (...) não o encontra. O Real é o que não anda, é uma pedra no meio do caminho, bem mais, é o que não cessa de se repetir para entravar essa marcha” (Lacan, [1974], 2002, p. 7).

Na esteira de Freud ([1895], 1980), podemos afirmar que são “tempos traumáticos” a se multiplicarem para os sujeitos contemporâneos, em que a angústia está por toda a parte, experimentados como um excesso de tensão vindo do exterior, notabiliza-se a falta de recursos simbólicos para que se possa responder a isso.

Todos são marcados pelo encontro com o Real, quer o chamemos de traumatismo ou não. A diferença estará na resposta que cada um dará como explicação para esse encontro impossível, ou seja, sobra para cada um a invenção dos modos possíveis de se continuar.

A respeito, Lustosa *et al.* (2014) já haviam dito que a época contemporânea se tornou testemunha do declínio dos referenciais de avaliação que cimentavam o mundo social. Se antes as escolhas dos sujeitos eram estabelecidas pelos códigos de interpretação ofertados pela tradição, pela autoridade ou pela religião, “hoje se observa um desmoronamento das balizas que conferiam coesão à sociedade. O homem se vê, então, sem uma grade de leitura que lhe permita decifrar os acontecimentos de seu mundo” (Lustosa *et al.*, 2014, p. 201). Se antes os enigmas de se viver sob a égide de uma cultura, portanto, exigiam uma interpretação do sujeito, produzindo mistério sobre os objetos causa de desejos, tem-se mensagem diretas, organizada pelo gozo: “*goze*,

seja feliz”.

Foi nesse terreno fértil das características da nossa subjetividade contemporânea, que o Coronavírus se espalhou aceleradamente e trouxe o sentimento de finitude e a presença da morte iminente a todos. Veio a comprovar que não é somente uma doença física, pois provoca medo, angústia e desamparo, refletindo-se, inexoravelmente, no psiquismo humano.

Sobre o desamparo, Freud ([1895], 1980), no texto “*Projeto para uma psicologia científica*”, abordou pela primeira vez esse tema, detalhando a formação do primeiro e rudimentar laço social da criança com quem estiver mais próximo a ela, aquele que irá atender ao seu grito por socorro.

Nessa situação de completo desamparo do ser humano, a ação desse outro implica a instauração de uma relação de dependência, absolutamente necessária, para que se satisfaçam as suas necessidades, seja de sede, frio, fome, livrando-o da morte, como Freud ([1895], 1980) explicou:

Para realizar a ação específica, o organismo humano necessita da ajuda alheia, na medida em que, através da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente atenta para o estado da criança. Esta via de eliminação passa a ter, assim, a função secundária, da mais alta importância de comunicação, e o desamparo inicial do ser humano é a fonte originária de todos os motivos morais (p. 193).

Ao descrever, portanto, a precariedade do bebê, seu desamparo e sentimento de vulnerabilidade, constituída pela impossibilidade de se deparar com uma saída para o estado em que se encontra, Freud mostra que esse outro (a mãe ou alguém que exerce a função materna), torna-se o primeiro objeto de satisfação, o primeiro hostil e a sua única força

auxiliar. A partir desse outro, anterior e externo ao bebê, que deve amá-lo e investir nele, é que poderá, então, tornar-se sujeito e ser introduzido no processo de socialização, sem o qual estará fora da Cultura. O desamparo primordial, portanto, funda e estrutura o sujeito, bem como possibilita a sua mediação com a cultura frente ao mal-estar imposto pela civilização.

Esta necessidade de um “outro” é importante não somente para a vida e para a constituição de cada sujeito, mas também para a criação dos laços de amor e de ódio. Além disso, a origem de todas as crenças do sujeito está na existência de um outro onipotente, a quem ele pode transferir a sua própria responsabilidade em relação à integridade do seu corpo, o respeito à vida, à dignidade de cada um, seja humilde ou poderoso.

As ponderações de Freud sobre esse tema se darão dois anos mais tarde, num ensaio denominado “*Rascunho N.*”, em que utilizará pela primeira vez o termo “cultura”. Afirma nele que, para que a civilização se estabeleça é necessária uma renúncia àquilo que é mais primitivo dentro dos seres humanos, utilizando para tal, o conceito de santidade:

A ‘santidade’ é algo que se baseia no fato de que os seres humanos, em benefício da comunidade maior, sacrificaram uma parte de sua liberdade sexual e de sua liberdade de se entregarem às perversões. O horror ao incesto (como coisa ímpia) baseia-se no fato de que, em consequência da comunidade da vida sexual (mesmo na infância), os membros de uma família se mantêm permanentemente unidos e se tornam incapazes de contatos com estranhos. Assim, ‘o incesto é antissocial – a civilização consiste nessa renúncia progressiva’ (Freud [1897], 1996, p. 154).

Reconhecidamente enigmática e estranha, essa argumentação de Freud traz em si o fato de

que já em 1897, a cultura estava fundamentada no sacrifício que o ser humano deve fazer de uma parcela de sua vitalidade, visto que sua vontade está completamente alienada aos parâmetros da cultura, um outro maior que ele. Dessa forma, “santidade” significa que o sujeito somente será reconhecido em seu valor na medida em que sacrifica o bem mais precioso em nome do benefício de uma construção idealizada. Toda a experiência que tenda a se opor a esta proibição está escrita fora das relações culturais.

Ora, como afirma Quinet (2021), se viver em sociedade exige uma parcela de renúncia pulsional para que se tenha um amparo, representado pelo Estado, o neoliberalismo e a imposição do discurso capitalista retiram a possibilidade dessa proteção. Consequentemente, cada um terá de se virar por si, o que caracteriza um “empuxo – ao individualismo, empuxo ao gozo próprio e a esse discurso: a fruição de ter, acumular, consumir” (Quinet, 2021, p. 159),

Negar, avança o psicanalista, faz parte do indivíduo, mas há um risco eminente quando isso vira um discurso oficial que autoriza a ignorância, promovendo um “discurso escatológico e aviltamento da linguagem”, de caráter obsceno e feroz.

O risco a que se refere Quinet (2021) se relaciona à emergência de um estado totalitário, pois a partir da queda dos amparos do Estado se estabelecem condições “à idealização de chefes de seitas e formação de hordas ignaras e obedientes aos líderes, como o ‘bolsonarismo’ no Brasil” (Quinet, 2021, p. 162).

Num paralelismo, ao se analisar as relações entre a pandemia e o modo como o governo tem administrado essa situação, afirmamos que o negacionismo das emergências ambientais materializa um desamparo imposto pelo Estado. Ignorando as

consequências das tragédias socioambientais, recalca essa verdade, desferindo ataques ao saber e à ciência, num misto de ódio e ignorância. A verdade sucumbe, num processo de subversão histórica, tonando-se uma arma política capaz de distorcer os discursos da ciência, produzindo “realidades” e, com isso, mudando os rumos da civilização.

E devemos considerar ainda a perspectiva daqueles que atuam contra tudo isso, como os ambientalistas, pois sob o risco de perderem o objeto de luta social, tamanha a destruição, podem tomar para si o fracasso das estruturas sociais, fazendo a dimensão do sofrimento se expandir.

Há, todavia, um contraponto que merece destaque, também apontado por Quinet (2021), acerca do desamparo *versus* negacionismo. O autor acredita que se deve, sobretudo, estimular iniciativas que promovam a (re)estruturação dos laços sociais, algo que não é simples, dado que estamos em plena naturalização da narrativa neoliberalista de exclusão do outro, da negação da multiplicidade dos fios que tecem as relações humanas, como se descreveu anteriormente.

O que fica evidente é a necessidade de se pensar novos modos de pertencimento social e, talvez, o meio ambiente, reflete Farias (2021), seja o próprio nó que irá enlaçar a teia do coletivo, do comunitário, justamente o ponto frágil dos laços sociais, amparando-se na descrição de Zygouris (1999) sobre a pulsão de vida, que nos permite justamente esses enlaces:

A pulsão de vida (...) é solicitada, estimulada, reanimada pelo outro, pelos outros, pelos barulhos do mundo. Barulho e furor da vida, do exterior vivo. Isso vai desde o lamento dos povos até as músicas do mundo. A pulsão de vida se alimenta, se apóia na presença um do outro, um próximo, um amado, um

amigo, como também se alimentados sinais de vida vindos de longe quando portadores de sentido. Sem essa tensão em si e os outros, entre si e o mundo, a libido se esvai. Um pouco abruptamente diria que, em última instância, a única coisa que “cura”, que reanima o humano maltratado por si mesmo ou por aqueles que o cercam é a presença (p. 26)

Zygouris delineia assim, de maneira belíssima, que não é possível se manter vivo sem a presença do outro, pois a vida (e aqui se inclui a vida ambiental), em sua essência, situa-se num campo construído por objetos investidos por afeto.

Mas não se terá sucesso algum ante o fato de que, para mais de três bilhões de seres humanos no planeta, são negadas as condições de sobrevivência mínima e, portanto, de pertencimento social.

4. A Educação Ambiental (E.A.)

A complexidade desse tema é abordada em diferentes disciplinas, com as mais diversas interpretações, mas somente a psicanálise interroga sobre a possibilidade de sua ligação com o inconsciente, como esclarece a psicanalista francesa Colette Soler (2021). Soler pondera que é preciso considerar, além da evolução da ordem social, também os avanços da psicanálise em um século e meio daquilo que Freud e, posteriormente, Lacan trouxeram de novo acerca da subjetividade humana.

É sob essa perspectiva que se entende que a Educação Ambiental (EA), mesmo sendo uma reconhecida ferramenta utilizada pelas instituições que estão sob a égide do Estado, fundamental na aplicação das políticas ambientais, também padece do negacionismo.

Consequentemente, não é uma surpresa que

seu papel crítico tenha sido reduzido em importância justamente pelas instâncias que a deveriam promover, como denuncia Layrargues, professor da Universidade de Brasília (Layrargues, 2018).

O autor, acerca do cenário histórico brasileiro, aponta a existência de uma série de situações, conjugadas entre si, como o desmonte e aparelhamento político da gestão ambiental governamental, o afrouxamento dos marcos regulatórios da legislação que disciplina o acesso aos recursos naturais, a ascensão da retórica desqualificadora do *ethos* ecologista de matriz preservacionista e crítico, as ameaças jurídicas e de integridade física, como o assassinato de lideranças ambientais e do campo, e a perda dos direitos territoriais dos povos das florestas.

Entende que o esfacelamento das institucionalidades ambientais públicas é tal que propicia o surgimento do antiecologismo, fenômeno que mostra o impasse da sustentabilidade frente aos seus próprios limites e à configuração de forças em desfavor da proteção ambiental, as quais não constituem um fenômeno isolado, mas, sim, um evento complexo e de grande envergadura.

Sob essa perspectiva, analisa os pressupostos da Educação Ambiental como vestidos de um conservadorismo pedagógico que a tornam hegemonicamente reproduzitiva, disseminadora dos valores da sociabilidade do capital, omitindo o quadro histórico-crítico sobre o desnudamento das contradições da sociedade capitalista. E, se por um lado, a comunidade ambiental tece consistentes críticas, reprovando o desenvolvimentismo extrativista predatório, por outro não há registros do mesmo vigor crítico para responsabilizar o modelo desenvolvimentista pelo profundo retrocesso na institucionalização ambiental pública no Brasil.

Dessa forma, além da degradação ambiental que está em curso, somam-se perdas irreparáveis nos marcos regulatórios da gestão ambiental pública e dos direitos humanos, tornando a vida ameaçada de uma maneira como nunca se viu antes.

Ao refletir historicamente, Layrargues (2018) declara que: “há mais de vinte anos” que o campo da Educação Ambiental brasileira sabia que sua *práxis* se prestava à realização de projetos socie-tários específicos, demarcados pelos interesses da luta de classes em disputa pela hegemonia do poder (Layrargues, 2018, p. 34). E cita Brügger (1994) que, na década de 1990, já concordava que a Educação Ambiental, desde aquela época, havia se transformado em “adestramento ambiental”, ou seja, uma forma de adequação ao sistema social vigente.

Por fim, Layrargues (2018) afirma que a Educação Ambiental tem carregado a “intencionalidade persuasiva e domesticadora dos indivíduos, segundo a ótica do ambientalismo de mercado e suas soluções aos desafios ambientais que agradam ao mercado”(Layrargues, 2018, p. 36).

Esse é o cenário que respalda, de certa maneira, a negação do perigo da morte ambiental, validando discursos “verdes”, livrando o consumidor da culpa de participar da destruição do ambiente, numa estratégia de redenção ante a promessa de fruição do consumo ambientalmente correto, uma espécie de promessa de “mais gozar verde.” (Prado & Bueno, 2015, p. 5).

Ressalta-se que a tentativa de descrever esse quadro, historicizando a atuação das práticas em EA, não tem a intenção de desqualificar as conquistas que esta obteve e vem obtendo na gestão ambiental pública até recentemente. Muito pelo contrário, pois para a destruição que se alastrá não

é possível prescindir de absolutamente nenhuma das ferramentas com as quais se possa contar.

Por outro lado, como defende Farias (2021) é urgente assumir que as questões socioambientais possuem uma dimensão metapsicológica, ou seja, tão psíquica quanto ambiental e sociopolítica e que tem considerado de maneira insuficiente o sofrimento humano. A (de)-vasta-ação, sem precedentes, não é somente física, mas psíquica, rasgando o tecido social em diferentes locais, sob diferentes contornos.

Nesse sentido a Educação Ambiental, enquanto um processo educativo voltado às questões ambientais, deve considerar a forma como os sujeitos elaboram os traumatismos causados pela degradação ambiental, como compreendem as suas responsabilidades, as novas modalidades de gozo, uma opção mais interessante do que a negação, a vitimização ou a culpa.

Sobretudo, nesses tempos de destruição e morte, reiterados pelo negacionismo, que possa dizer – um pouco que seja – sobre como os sujeitos, em situação de vulnerabilidade socioambiental, poderão resistir psiquicamente, de que modo ou por quais vias.

Ora, por mais que isso não nos pareça fácil e que ainda não tenhamos suficiente claro o caminho a ser seguido, é fato que novas fronteiras do conhecimento devem ser exploradas pela EA, sem que os acontecimentos sejam trabalhados somente a partir de suas expressões físicas e de maneira segmentada: catástrofes, desastres ecológicos, perversidade humana, contaminação, trabalho escravo, etc.

As transformações sociais, econômicas e culturais alcançadas na contemporaneidade modificaram as formas de apreensão do mundo, influenciando decisões e ações tomadas cotidianamente. Essas transformações são como um corpo vivo,

com forças sempre em movimento que afetam e tocam a todos enquanto coletivo, mas, também, de maneira singular para cada um. Compreendê-las pode ser uma tarefa desmedida, mas, sem dúvida, acarretarão diferenças na reflexão e transformação das práticas sociais coletivas em termos ambientais, como afirmam Farias & Knechtel (2019).

Para lidar com tudo isso, retornamos a Quinet (2021), quando diz que, para a política revolucionária, devemos abandonar os saberes impostos em nome de autoridades da área, pois trata-se de um todo-saber. Ao contrário de propostas explicativas, o discurso psicanalítico é subversivo, porque questiona a crença no Um, desmascarando os semblantes do social com os quais se travestem os discursos da dominação, afirma o psicanalista.

Isso se ajusta à sustentabilidade individualista que induz a população a “atividades frenéticas de reciclar, comprar alimentos orgânicos, o que for para termos a certeza de que estamos fazendo alguma coisa e que isso de alguma forma influenciará tal qual uma crença supersticiosa” (Žižek, 2010, p. 194).

Agindo de maneira exclusivista, alteram-se os hábitos de consumo, preocupam-se com o destino do lixo doméstico, com o consumo de alimentos orgânicos, de plástico, de uma maneira que se percebe que todos estão imbuídos de sentimentos individuais de responsabilidade e altruísmo, contudo, fora do debate acerca do extrativismo predatório e sem limites da produção capitalista e da necessidade de repensarmos na (re)costura dos nossos laços sociais, visto sua precariedade ou mesmo, rompimento.

5. Algumas considerações para a abertura de novos caminhos

A complexidade até aqui retratada interroga a Educação Ambiental, sem dúvida, acerca da dimensão dos fenômenos subjetivos que envolvem as questões socioambientais e, principalmente, frente ao negacionismo enquanto uma narrativa contemporânea.

Revela a importância da construção de pontes com outras disciplinas, como a Psicanálise, que é orientada por uma ética da verdade e do desejo, sem ser, no entanto, uma saída individualista para o mal-estar da cultura, pois não há sujeito sem o outro, com toda a sua diferença e forma de gozo.

É preciso ultrapassar a crença de que é possível o retorno a um estado natural mítico, de convivência harmoniosa entre todos os seres. Freud ([1930], 2010, p. 28) afirma que isso é uma construção auxiliar que ajuda a suportar o desamparo originário, um afeto que, como se viu, no contexto da pandemia, emergiu com mais força.

A psicanalista francesa Catherine Millot, ao percorrer integralmente os trabalhos de Freud e suas abordagens sobre a Educação, concluiu que, após tantas tentativas de reformas pedagógicas inspiradas na Psicanálise, é possível confirmar que os conflitos de origem psíquica são inegáveis, deixando cair por terra a ilusão de que, a partir de uma reforma educativa, pode-se almejar a felicidade, seja no âmbito de uma harmonia interior ou pela satisfação plena (Millot, 1987).

Nessa direção, Millot (1987) expressa que foi a descoberta do inconsciente que invalidou a tentativa da construção de uma pedagogia reformista, a qual fez evadir a tentativa de dominação, pois, se por um lado, a Psicanálise fornece a compreensão dos mecanismos psíquicos, por outro, saber disso não tem como efeito a subjugação.

Isso também serve às premissas da Educação

Ambiental, na medida em que não se trata apenas de aumentar a capacidade humana de compreensão. Se fosse possível o homem compreender o que está fazendo, também deveria ser capaz de evitar tamanha destruição do meio ambiente e exclusão social, contudo, isso não acontece.

Ao final, afirma Millot (1987), resta à Educação ter que lidar com a verdade enquanto ética analítica, ou seja, baseada na desmistificação da função do ideal, algo que é enganoso e contrário à lúcida apreensão da realidade. É preciso uma relação de coragem para o enfrentamento do saber, mesmo que isso possa ferir o sujeito narcisicamente, para renunciar a qualquer espécie de amparo ideológico, vital à Educação Ambiental naquilo que lhe é constitutivo: sua ação transformadora das *práticas* socioambientais coletivas.

Por essa via, não há como pautar apenas “reformas” que visem “apontar a verdade” aos negacionistas, numa mera perspectiva comportamental, mas, sim, antes de tudo, evidenciar os obstáculos a uma ética da verdade.

Para os sombrios tempos de encontro com o Real da morte e do desamparo, mais do que nunca, é preciso promover ações que contribuam para que a E.A não esteja fixada no lugar de mero aparato de saberes de ordem cognitiva sobre o meio ambiente e da crença delirante de que “somos todos Um”.

É necessário se abrir às novas fronteiras relacionadas às incidências do Outro social sobre a subjetividade, à falta de saber, recusando apenas o saber teórico formal, disponibilizando-se aos desafios socioambientais da atualidade, sem recuar diante de todo o mal-estar.

As dificuldades, muitas, interpõem-se nesse caminho em que o traçado se constitui a cada instante e, sobretudo, não há garantia nenhuma de se

obter sucesso. No entanto, mais do que nunca, é preciso enfrentá-las, aliando liberdade, criatividade não somente na teoria, mas também nas práticas educativas em meio ambiente.

Se isso acontecer, talvez se possa enlaçar mais um nó na tessitura de um novo amanhã. E é essa condição de possibilidade que deve ser o nosso guia, o que já é muito!

Referências

- Dunker, C. I. L. *A arte da quarentena para principiantes*. São Paulo: Boitempo. 2020.
- Farias, A. L. *Psicanálise e meio ambiente: caminhos para uma educação ambiental*. Curitiba: Medusa, 2021.
- Farias et al. *Conflitos ambientais e (in)justiça ambiental no Brasil: uma análise do mapa de conflitos e injustiça ambiental e saúde no Brasil – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)*. Curitiba: UFPR, 2017 (Versão não publicada).
- Farias, A.L.; Knechtel, M. R. A subjetividade contemporânea: uma nova fronteira para a Educação Ambiental. *Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental*, 24, 68-97, 2019.
- Foladori, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.
- Freud, S. *Projeto para uma psicologia científica* [1895]. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. 1, 1980.
- Freud, S. *Rascunho N.* [1897]. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. 1, 1996.
- Freud, S. Nova série de conferências introdutórias à Psicanálise. *O mal-estar na civilização, novas conferencias introdutórias à psicanálise e outros textos* [1930-1936]. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Freud, S. *O Eu e id, "autobiografia e outros textos"* [1923-1925]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- Hur, D. U.; Sabucedo, J. M.; Alzate, M. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. *Revista Psicologia Política* [online], 21(51), 550-569, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549-2021000200018X&lng=pt&nrmiso
- Lacan, J. Conferencia A terceira [1974] . Cadernos Lacan. Porto Alegre: APPOA, 2002.
- Lacan, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise [1969-1970]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- Lacan, J. A ciência e a verdade. In: *Lacan, Escritos [1965]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 869-892, 1998.
- Layrargues, P.P. Subserviência ao capital: educação ambiental sob o sinal do antiecologismo. *Pesquisa em Educação Ambiental* (Online), 13, 28-47, 2018.
- Leff, E. *Racionalidad ambiental*. La reappropriación social de la naturaleza. México: Siglo XXI, 2004.
- Leff, E. *Ecología política*: de la deconstrucción del capital a la territorialización de la vida. México: Siglo XXI, 2019.
- Lustoza, R.Z.; Cardoso, M.J.; Calazans, R. Novos sintomas e declínio da função paterna: um exame crítico da questão. *Agora* (PPGTP/UFRJ), 17, 201-213, 2014.
- Millot, C. *Freud antipedagogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- Observatório do Clima. *Passando a boiada*: segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/passando-boiada-o segundo-ano-de-desmonte-ambiental-sob-jair-bolsonaro/>> Acesso em: fev 2021.
- Okado, G.H.C.; Quinelli, L. Megatendências mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. *Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*. Goiânia: Baru, 2(2), 111-129, 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266>
- Prado, J.L.A.; Bueno, V.P. Sobre a sustentabilidade como fantasia liberal-capitalista: do tampão verde à ecologia sem natureza. *Revista Famecos*, 22, 1-14, 2015.
- Quinet, A. *A política do psicanalista*: do divã para a pólis. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições , 2021.
- Safatle, V. Depois dos muros de Alphaville, o mato. Prefácio. In: Duncker, C. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, p. 9-12, 2015.
- Safatle, V. Governar é produzir incêndios. *El País*, 16 de out. 2020. Disponível em : <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-16/governar-e-produzir-incendios.html>> Acesso em: fev 2021.
- Sesarino, J. *Epistemologia e história da psicanálise*. Curitiba, 2006 (não publicado).
- Silva et al. Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In: Safatle, V. et al. (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo: Autêntica, p.69-115, 2021.
- Soler, C. *De um trauma ao outro*. Tradução de Cícero Alberto de Andrade. São Paulo: Blucher, 2021.
- Veras, M. *O negacionismo não é um discurso*. Salvador, 27 de fev., 2021. Facebook: marcelo.veras.50. Disponível em <<https://www.facebook.com/marcelo.veras.50/>> Acesso em: mar. 2021.
- Zygouris, R. *Pulsões de vida*. Tradução de Caterina Kolta e Carmen Lucia Valladares. São Paulo: Editora Escuta, 1999.
- Žižek, S. *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2010.